

Vol. 01, **Nº 02** (2024)
ISSN: 2966-0130

REVISTA FIOS DE **LETRAS**

AGOSTINHO DA SILVA E O MUNDO IDEALIZADO
POR CAMÕES

Renato Epifânio



AGOSTINHO DA SILVA E O MUNDO IDEALIZADO POR CAMÕES

AGOSTINHO DA SILVA AND THE WORLD IDEALIZED BY CAMÕES

Renato Epifânio¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8007-1997>

Ciência Vitae: <https://www.cientiavita.pt/8919-FF45-7AD7>

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo geral analisar a contraposição entre existência e essência nas construções histórica, cultural e identitárias de Portugal. O mundo existente é o objeto de estudo do poeta e filósofo português Agostinho da Silva, enquanto que a essência é o mundo idealizado por Luís Vaz de Camões. A construção desta idealização é investigada através da filosofia, da cultura, da historiografia e da literatura portuguesa estudadas por Agostinho da Silva na sua obra *Reflexão à margem da literatura portuguesa*. Logo, o artigo inicia com um panorama da historiografia e da cultura de Portugal, destacando as conquistas e as construções identitárias e espaciais portuguesa. Em consequência à contextualização histórica e cultural, a análise deste estudo enveredará para uma discussão que contrastará os dois mundos, isto é, o existente e o idealizado.

PALAVRAS-CHAVE: Agostinho da Silva. Camões. Mundo idealizado. Portugal.

¹ Professor Universitário; Membro do Instituto de Filosofia da Universidade do Porto, da Direcção do Instituto de Filosofia Luso-Brasileira e da Associação Agostinho da Silva; Investigador na área da “Filosofia em Portugal”, com dezenas de estudos publicados, desenvolveu um projecto de pós-doutoramento sobre o pensamento de Agostinho da Silva, com o apoio da FCT: Fundação para a Ciência e a Tecnologia, para além de ser responsável pelo *Repertório da Bibliografia Filosófica Portuguesa*: www.bibliografiafilosofica.webnode.com; Licenciatura e Mestrado em Filosofia na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; doutorou-se, na mesma Faculdade, no dia 14 de Dezembro de 2004, com a dissertação *Fundamentos e Firmamentos do pensamento português contemporâneo: uma perspectiva a partir da visão de José Marinho*; autor das obras *Visões de Agostinho da Silva* (2006/2024, edição revista e aumentada), *Repertório da Bibliografia Filosófica Portuguesa* (2007), *Perspectivas sobre Agostinho da Silva* (2008), *Via aberta: de Marinho a Pessoa, da Finisterra ao Oriente* (2009), *A Via Lusófona: um novo horizonte para Portugal* (2010), *Convergência Lusófona* (2012/2014/2016), *A Via Lusófona II* (2015), *A Via Lusófona III* (2017), *A Via Lusófona IV* (2019), *Pensar de novo, pensar o novo: em tempos de pandemia* (2021/Brasil) e *A Via Lusófona V* (2022). Dirige a NOVA ÁGUIA: Revista de Cultura para o Século XXI e a Colecção de livros com o mesmo nome (Zéfiro). Preside ao MIL: Movimento Internacional Lusófono desde a sua formalização jurídica (2010). É, desde 2021, Membro do Conselho Supremo da SHIP: Sociedade Histórica da Independência de Portugal e, desde 2022, Membro da Academia Internacional da Cultura Portuguesa e Presidente da Direcção da PASC: Plataforma de Associações da Sociedade Civil – Casa da Cidadania.

ABSTRACT: This paper aims to analyze the contraposition between existence and essence on the historical, cultural and identity construction of Portugal. The existing world is the object of study from the Portuguese poet and philosopher Agostinho da Silva, while the essence is the world idealized by Luís Vaz de Camões. The building of this idealization is investigated through the Portuguese philosophy, culture, historiography and literature studied on Agostinho da Silva's *Reflexão à margem da literatura portuguesa*. Therefore, the article begins with an overview of Portugal's historiography and culture, highlighting the achievements and the construction of Portuguese identity and space. As a consequence of the historical and cultural contextualization, the analysis of this study will lead to a discussion that contrasts both worlds, in other words, the existing and idealized ones.

KEYWORDS: Agostinho da Silva. Camões. Idealized World. Portugal.

Se fatalmente pensar é, ainda que da forma mais tácita, pensar com, em diálogo, importa escolher bem aqueles com quem, ao pensarmos, dialogamos. Quanto melhor escolhermos, mais o nosso pensar se elevará... A par de alguns outros, Agostinho da Silva tem sido um dos filósofos com quem mais temos dialogado. Desde logo por isso. Porque sentimos que, ao dialogarmos com ele, o nosso pensar se eleva e, nessa medida, se alargam os horizontes...

Não privilegiamos, porém, o diálogo com Agostinho da Silva apenas por ele ter sido um insigne Filósofo – entendendo por Filósofo aquele que, partindo de si, ou do que em si é, se eleva, e nos eleva, até, em última instância, ao Além-Horizonte do Ser –, mas também por ele ter sido um insigne Português – entendendo por Português aquele que, independentemente da sua proveniência geográfica, assume a tarefa de reflectir sobre o mais íntimo sentido da cultura portuguesa, e de o cumprir. Nessa perspectiva, atrevemo-nos a dizê-lo, nunca ninguém foi tão Português quanto Agostinho – pois que nunca ninguém, como ele, assumiu essa dupla tarefa.

A nosso ver, ao ter assumido essa dupla tarefa, não foi por isso Agostinho da Silva menos Filósofo. Pelo contrário, foi mais. E isto porque, ao ter assumido essa dupla tarefa, assumiu cumulativamente Agostinho aquela que é, ainda a nosso ver, a dupla fonte da Filosofia: o Espírito e a Terra. Nessa medida, defendemos que o pensar será tanto mais filosófico quanto mais assumir essa

dupla fonte, essa dupla radicação. De outro modo, ainda e sempre a nosso ver, ele será, tão-só, ou um abstraccionismo oco ou um concretismo sem horizonte.

Só, ao invés, assumindo essa dupla fonte, essa dupla radicação, poderá a Filosofia cumprir, enfim, a sua fundamental tarefa: dar sentido ao ser e ao tempo, à existência e à história... Precisamente por isso, por ter assumido essa dupla fonte, essa dupla radicação, procurou, Agostinho da Silva, esse sentido. Em que medida o conseguiu, eis o que iremos aqui verificar. Para tal, debruçar-nos-emos sobre a obra em que, a nosso ver, Agostinho mais reflectiu sobre a nossa história e cultura – *Reflexão à Margem da Literatura Portuguesa* –, curiosamente, uma obra que Agostinho escreveu e publicou já no Brasil, em 1957, como se só no Brasil, face ao espelho atlântico, tivesse Agostinho descoberto Portugal.

*

Inicia Agostinho da Silva o primeiro capítulo da sua *Reflexão à Margem da Literatura Portuguesa* por afirmar a “cultura peninsular” como um “todo”² – eis a primeira grande premissa desta obra. Apesar de afirmar a “cultura peninsular” como um “todo”, considera, porém, Agostinho da Silva, à primeira vista de forma paradoxal, que a “grande façanha” de Portugal foi, precisamente, o de ter conquistado e mantido, “através de sangue o fogo”, dentro desse “todo”, a sua “independência”³.

Aliás, à luz desta visão, ao ter conquistado e mantido, “através de sangue o fogo”, a sua independência, Portugal não apenas assegurou isso como também, sobretudo, a independência, ou, pelo menos, o “princípio de independência”, dos outros “territórios periféricos” – e não só relativamente a Castela. Eis, com efeito, à luz desta visão, todo o alcance da conquista da nossa independência – ao conquistarmos-la, consagramos o direito à independência, à auto-determinação, não só, desde logo, de todos os povos periféricos relativamente a Castela, à Castela hispânica, bem como ainda relativamente a todas as outras “Castelas” deste nosso mundo.

E isto porque ao ter conquistado e mantido, “através de sangue o fogo”, a sua independência, assim desde logo consagrando o direito à auto-

2 In *Ensaio sobre Cultura e Literatura Portuguesa e Brasileira*, org. de Paulo A.E. Borges, Lisboa, Âncora, 2000 (doravante: *ECLPB*), vol. I, p. 27.

3 Nas suas palavras: “O que Portugal fez de maior no mundo não foi nem o descobrimento, nem a conquista, nem a formação de nações ultramarinas: foi o ter resistido a Castela. O ter mantido, através de sangue e fogo, o princípio de independência dos territórios periféricos.” [*ibid.*, pp. 29-30].

determinação de todos os povos periféricos relativamente a Castela, à Castela hispânica, Portugal afirmou a Península como um “todo”, mas como um “todo” não totalitário, antes um “todo” que se afirma na afirmação, não na negação, da sua endógena heterogeneidade, dando assim um exemplo de relação entre o “todo” e as “partes”, entre o “Uno” e o “Múltiplo”, que, segundo Agostinho da Silva, deveria ter sido seguido em todo o resto do mundo. Infelizmente, não foi isso o que aconteceu. O mundo não seguiu, de todo, esse exemplo.

*

Após debruçar-se sobre essa genesíaca cisão com Castela, debruça-se Agostinho da Silva, nesta sua obra, sobre a nossa aliança com Inglaterra. A respeito dela, diz-nos: “A aliança inglesa era, por uma parte, uma aliança de interesses, e é bem sintomático que seu primeiro acto tivesse sido comercial, e muito mais sintomático que, de um lado, o tivesse assinado o rei de Inglaterra e, do outro lado, um negociante ou armador do Porto; era como se do lado de Portugal o comércio fosse uma actividade particular naturalmente útil ao país e que ele não podia dispensar, mas de que o soberano, como seu representante supremo, não tomava conhecimento oficial; e como se, do lado da Inglaterra, o comércio fosse uma actividade nacional, profundamente intrínseca à nação e, como tal, sancionada pelo rei (...).”⁴.

Eis, aliás, um “erro histórico” – este, o da aliança com Inglaterra – que, ainda segundo Agostinho da Silva, teve amplas e profundas consequências, desde logo o sacrifício do chamado Infante Santo: “...com a própria morte do Infante [D. Fernando], Portugal estava pagando o preço de outro erro que anteriormente cometera: o erro de se ter enganado quanto ao fundamental do carácter inglês e quanto ao destino que à Inglaterra se marcara na História. Cada povo é o que é, mesmo antes de o ser (...). E, tendo a dirigir os seus destinos de expansão, um príncipe que era metade inglês e metade português, Portugal introduziria fatalmente o erro que fez que a Inglaterra não fosse, apesar de tudo, um grande condutor do mundo. A verdadeira grandeza do Infante D. Henrique está no que tem de português (...). Mas também nele existe o que diminui a expansão portuguesa: a dureza de sacrificar irmãos (...); o gosto do isolamento (...); e a terrível tentação de fazer que importe nas empresas o lucro material.”⁵.

⁴ *Ibid.*, p. 39.

⁵ *Ibid.*, p. 45.

Como expressamente defende Agostinho da Silva a encerrar o quarto capítulo da sua *Reflexão à Margem da Literatura Portuguesa*, “com o sacrifício de D. Fernando, o que se atingia era a própria e mais delicada raiz de Portugal império fraterno”⁶. Eis, como reiterará ainda Agostinho logo a abrir o capítulo seguinte desta sua obra, o “pecado original”, a inicial “fenda”, de todo o empreendimento das chamadas “Descobertas”⁷. Por essa “fenda” que rapidamente se torna “já brecha” – como nos diz ainda Agostinho – “vão entrar e tomar conta da inteira história de Portugal dois acontecimentos que por completo destroem tudo quanto se pudera levantar de extraordinário na Idade Média: de modo que se poderia dizer que Portugal, depois do século XV, só vai ser grande naquilo em que continua a ser medieval; no resto se empequenece”⁸.

*

Segundo o próprio Agostinho da Silva, “o primeiro desses acontecimentos é o que diz respeito ao tratamento dos judeus, logo agravado por D. Manuel e pelos reis seguintes”⁹; o segundo, a nossa submissão “ao direito romano e, com o direito romano, à mentalidade romana”¹⁰. Daí, ainda segundo Agostinho, os três “alicerces” do nosso ilusório progresso – nas suas palavras: “O resto seguir-se-ia naturalmente. E faria que Portugal, depois de ter assentado base de império sobre sacrifício de irmão; depois de, secundado, outra base de império ter lançado sobre outros sacrifício de irmão, desta vez o judeu; o terceiro alicerce fundaria sobre terceiro sacrifício: o do direito concelhio ao direito cesarista, imperialista, anticatólico de Roma”¹¹.

Contrapõe, Agostinho da Silva, este Portugal, “triplamente sacrificado”, ao Portugal, ao mundo, idealizado pelo autor d’ *Os Lusíadas*, o mundo pelo qual os portugueses, como defende, “teriam gostosamente perdido a vida” – nas suas palavras: “O mundo pelo qual Portugal e Camões teriam gostosamente perdido a vida é o mundo não das existências mas das essências; com uma

6 *Ibid.*, p. 46.

7 Ainda nas suas palavras: “Porquanto, se uma primeira falta é grave por si própria, muito mais grave se torna pelas suas consequências, na medida em que abre caminho a pecados outros. Na velha imagem, é aquela fenda, que pode ser insignificante, e não o era no caso presente de Portugal, mas que vai a pouco e pouco, por seus alargamentos, acabar na ruína das muralhas. Pecando, com o Infante D. Henrique, Portugal, a par de todo o grandioso que vai realizando pelo mundo, deixa que nele penetre o que, mais tarde, também apesar de sua grandeza, haveria de fazer condenar a Europa e de levá-la àquilo que tem hoje, uma civilização sem saída.” [*ibid.*, pp. 36-37].

8 Cf. *ibid.*, pp. 47-48.

9 Cf. *ibid.*, p. 48.

10 Cf. *ibid.*, p. 49.

11 Cf. *ibid.*, pp. 49-50.

condição, a de que não fossem essências intangíveis, puramente ideias; Portugal e Camões perdem a vida por um mundo, sempre de futuro e nunca de passado, um mundo em que finalmente se concilhassem, se unissem num só corpo de doutrina Aristóteles e Platão: em que o ideal fosse, ao mesmo tempo, do mundo dos sentidos.”¹².

¹² *Ibid.*, p. 54.

